

Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 4/2017/COAPP/SAS

Documento nº 00000.002686/2017-20

Em 17 de janeiro de 2017.

Assunto: 4ª Oficina de Planejamento e Acompanhamento do Progestão Paraíba
Nº do Processo Progestão: 02501. 000944/2013
Evento: <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência
Local: Sala de reunião da Diretoria Executiva, AESA, Avenida Duarte da Silveira, s/n –Bairro Torre Cidade: João Pessoa-PB.
Data: 21 e 22/07/2016
Instituições participantes ANA e AESA.

Relato

1. A 4ª Oficina de Acompanhamento do Progestão no estado da Paraíba, teve como objetivo o monitoramento da execução das metas contratadas para o exercício de 2016. Participaram da reunião técnicos da ANA e dirigentes e técnicos da AESA, conforme lista de presença anexa.

2. A reunião teve início com uma teleconferência entre a equipe da AESA e a Coordenadora de Cadastro da Superintendência de Fiscalização da ANA, Raquel Scalia, para tratar do cumprimento da **meta 1.1 - Integração de dados de usuários de recursos hídricos (CNARH)**. Foi informada a inclusão de 3.456 usuários regularizados no CNARH até 2014. Em 2015 foram incluídos 451 usuários, considerando-se assim zerado o passivo de regularização. O técnico da AESA responsável pelo compartilhamento dos dados do cadastro no CNARH não soube informar o número de usuários regularizados em 2016, devido à mudança de provedor (Codata) e os dados terem ficado temporariamente indisponíveis. Comentou-se sobre a situação problemática do atual armazenamento dos processos de outorga, precariamente amontoados em uma sala da AESA com dificuldades para acesso aos mesmos.

3. Em relação à **meta 1.2 - Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas** foram inseridos 293 registros válidos de poços no CNARH. A meta é a inserção de 371 poços para 2016, tarefa que pode ser delegada a estagiários. Foi comunicado aos presentes a previsão de realização de uma oficina de capacitação para preenchimento dos campos complementares de águas subterrâneas do CNARH, provavelmente em outubro. A equipe da COSUB, responsável pelo tema, deverá apresentar a forma de cumprimento desta meta.

4. Quanto à **meta 1.3 - Contribuição para o conhecimento** foi informado que os dados referentes ao Conjuntura foram enviados, porém houve problemas no envio dos dados de qualidade de água os quais deveriam ter sido encaminhados pela SUDEMA, que é responsável por este monitoramento. Segundo informado, a AESA deverá assumir essas competências e deverá assinar o contrato de adesão ao Qualiágua sem interveniência da SUDEMA.

5. Sobre a **meta 1.4 - Prevenção de eventos hidrológicos Críticos**, o responsável pela rede de monitoramento pela AESA, Alexandre Magno, fez uma apresentação da situação da rede estadual de monitoramento com foco nas estações telemétricas, cuja transmissão de dados serve de parâmetro para avaliação desta meta. Foi esclarecido o fato de algumas estações não estarem transmitindo dados, o que resultou num baixo índice de transmissão, com média de 40% até julho de 2016. Isso ocorreu pelo esgotamento dos mananciais por conta da seca vigente ou por problemas com a falta de chips para os celulares que deveriam ter sido fornecidos pela ANA. Foi solicitado que essas informações sejam repassadas para a SGH/ANA.

6. Para a **meta 1.5 - Atuação para segurança de barragens**, a AESA considera que a regulamentação da Lei de Segurança de Barragens foi atingida através da publicação de uma Portaria

específica. Segundo informado, ainda resta um quantitativo de 152 barragens a serem classificadas. Para cobrir esse déficit, a AESA encaminhou um TDR pleiteando recursos ao Interágua, mas o pedido não foi contemplado.

7. Dentre as **metas estaduais** destacam-se:

✓ Meta 1.1 – Organização institucional do modelo de gestão: está prevista a realização de um estudo do arcabouço institucional para determinar o modelo mais adequado ao Estado. Este estudo será realizado com recursos do Banco Mundial, atualmente em fase de negociação.

✓ Meta 1.2 – Organismo Gestor: foi enfatizada a necessidade de contratação de pessoal próprio através de concurso público de forma que seja assegurada a sustentabilidade da instituição que não conta com quadro efetivo de servidores. Minuta de edital de concurso encontra-se na Casa Civil, mas é pouco provável que um concurso seja realizado no curto prazo tendo em vista a grave situação fiscal dos Estados atualmente.

✓ Meta 1.3 – Gestão de Processos: foi contratada uma empresa para preparar um sistema que avalie todo o fluxo processual da AESA, inclusive os procedimentos de concessão de outorga. A entrega do produto está prevista para 2017.

✓ Meta 1.9 – Capacitação Setorial: o plano de capacitação atual, vigente até 2017, contempla os técnicos da AESA, SUDEMA e dos municípios. A proposta é que o escopo seja ampliado para incluir outros entes do sistema tais como, Conselho Estadual e Comitês de Bacia, utilizando as ferramentas de gestão por competência que têm sido repassadas no âmbito do projeto DesenvolveRH, coordenado pela ANA e com participação do Estado.

✓ Meta 1.10 – Articulação com setores usuários e transversais: essa articulação é ainda muito incipiente no Estado. A ANA apresentou informações a respeito de um projeto de uso racional da água na irrigação promovido pelo CBH Doce. Nesse projeto os agricultores recebem um equipamento de monitoramento da água na irrigação chamado irrigâmetro, além de assistência técnica para aprender a usá-lo. Os bons resultados reportados qualificam essa iniciativa a possível candidata a ser replicada em algumas regiões na Paraíba. Os Comitês onde a cobrança já está implementada poderiam investir num programa nesses moldes e, dessa forma, evitar a pulverização de recursos escassos. A ANA irá repassar para a AESA os contatos dos responsáveis pelo programa junto ao IBIO, agência responsável pela gestão na bacia do rio Doce.

✓ Meta 2.3 – Planejamento Estratégico Institucional: a AESA não elaborou nenhum plano estratégico próprio. No máximo valeu-se de planos anuais relativos ao orçamento. Espera-se que essa falha seja sanada no futuro.

As demais metas estaduais estão registradas na planilha de acompanhamento e planejamento, anexa a esta Memória.

Conclusões

8. A oficina atendeu aos objetivos, cumprindo a programação proposta. Registra-se que as equipes do estado da Paraíba estão engajadas para cumprir adequadamente as metas de cooperação federativa bem como aquelas em âmbito estadual.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ CARLOS DE QUEIROZ
Gestor do Contrato nº 050/ANA/2013
Portaria ANA nº 346, de 05 de outubro de 2015

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
LUDMILA ALVES RODRIGUES
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

LISTA DE PRESENÇA

ASSUNTO: 4ª OFICINA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGESTÃO

LOCAL: AESA – JOÃO PESSOA/PB

DATA: 21/07/2016

Nº	PARTICIPANTE	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONE
01	Jose Carlos de Oliveira	ANA	ZECARLOS@ANA.GOV.BR	(61) 2109 5619
02	Douglas Wuloung	AESA	douglas@aesapb.gov.br	(83) 98654-7101
03	Maria Adriana Ribeiro	IPEA	drickadeputas@yahoo.com.br	(83) 98720 5538
04	Joacy Mendes	AESA	Joacy@AESAPB.GOV.BR	83 987956428
05	Ludmila A. Rodrigues	ANA/SAS	ludmila.rodrigues@ana.gov.br	(61) 2109.5326
06	Maria Itaci C. Lopes	AESA	itaci@aesapb.gov.br	83.987648759
07	Diego M. T. da Silva	AESA	DIEGOMAGNO@AESAPB.GOV.BR	(83) 98714-2071
08	Andrea Leira Cartaxo	AESA	andrealcartaxo@aesapb.gov.br	(83) 99986-8613
09	WALDEMIR AZEVEDO	AESA	waldermir@aesapb.gov.br	83.988275869
10				
11				
12				
13				

LISTA DE PRESENÇA

ASSUNTO: 4ª OFICINA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGESTÃO

LOCAL: AESA – JOÃO PESSOA/PB

DATA: 22/07/2016

Nº	PARTICIPANTE	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONE
01	José Carlos de Queiroz	ANA	ZECARLOS@ANA.GOV.BR	61 2109 5619
02	Ludmila A. Rodrigues	ANA / SAS	ludmila.rodrigues@ana.gov.br	(61) 2109. 5326
03	João Fernando	AESA - PB	joaofernando@aesapb.gov.br	9.8811.5248
04	Leonora Weloung	AESA -	leonora@aesapb.gov.br	(83) 98654-7101
05	Maria Adriana Ribeiro	IPEA	drickadefrutos@yahoo.com.br	(83) 98720 5538
06	Magno T. Medeiros	AESA	magno@aesapb.gov.br	(83) 988916627
07	Lucy Mendes	AESA	lucy@aesapb.gov.br	83 987956428
08	Danielli G. P. Góes Pessoa	AESA	danielli@aesapb.gov.br	83- 99979-0209
09	Diego M.T. da Silva	AESA	DIEGOMAGNO@AESAPB.GOV.BR	(83) 98714-2071
10	Andrea Laura Cortez	AESA	andrea.lcortez@aesapb.gov.br	(83) 99986.8613
11	WALDEMAR AZEVEDO	AESA	waldemar@aesapb.gov.br	83. 988271869
12				
13				

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	PONTO FOCAL / ANA	PONTO FOCAL / ESTADO	PRINCIPAIS ASPECTOS	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZO DE EXECUÇÃO
I.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel Scalia e Maurício/SFI	Diego / Andrea	O estado foi certificado em 100% nesta meta em 2015. Até 2014 foi informado um total de 3.456 usuários regularizados e, em 2015, um total de 461. Houve uma mudança de provedor na AESA que passou para a Codata. Atualmente há um sistema de informação em desenvolvimento pela Fundação Parque Tecnológico da Universidade de Campina Grande que contempla todas as funcionalidades técnicas e administrativas da AESA. Este trabalho teve início pela outorga.	Manter a disponibilização dos dados de usuários regularizados no CNARH 40. Necessidade urgente de acesso à sala onde os processos de outorga estão arquivados de forma precária. Foi acordado que até agosto serão migrados todos os dados de usuários regularizados de janeiro a julho deste ano. Necessidade de contratar estagiário para auxiliar no cadastro.	20 de janeiro de 2017
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações disponibilizadas para o SAS/SNIRH	Fernando Oliveira/SIP	Diego / Andrea	O estado foi certificado em 100% nesta meta em 2015. Um total de 293 registros válidos de poços foram inseridos.	Inserir dados complementares de 371 poços conforme Informe nº 7/2016. O estagiário poderá auxiliar no cumprimento desta meta.	28 de fevereiro de 2017
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima	Lovânia	A SPR/ANA encaminha anualmente ofício ao Estado solicitando as informações (formato e prazo estabelecidos no documento). O estado foi certificado em 100% nesta meta em 2015. Dificuldades no contato com a Sudema para envio das informações de qualidade da água.	Consolidar os dados e enviar todas as informações solicitadas ao Conjuntura até outubro. A AESA solicitou que seja enviado cópia de todos os ofícios do Conjuntura para a AESA/Lovânia.	Outubro de 2017
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Sala de Situação e manutenção corretiva da rede telemétrica realizada	Alessandra Couri/SUM + Luis Preto/SUM e Fabrício/SGH + Prado/SGH	Alexandre Magno	O estado foi certificado em 100% nesta meta em 2015. A média anual na transmissão de dados foi de 92%, superior a 80% em todos os meses do ano nas PCDs da rede de alerta. De acordo com a SOE foram produzidos diversos boletins, enviados para 112 usuários, incluindo Defesa Civil e órgãos estaduais. Não há registro de inundações no estado.	Em 2016 a média mensal das 11 estações no gestor PCD é inferior a 45% em todos os meses. Segundo Alexandre Magno, além da falta de chips a serem enviados pela ANA, também ocorreu no estado o esgotamento dos mananciais por conta da seca vigente. Renovação prevista do ACT. A CPRM não participa do ACT da Paraíba. O monitoramento da seca já vem operando (124 açudes monitorados com régua). Serão acrescidos Pitombeira e Camará. Segundo informado, a ANA instalou régua mas estavam em desacordo com o padrão (lote 7). Previsto o pagamento de observadores com leitura por celular que estão sendo adquiridos. As leituras serão diárias, semanais ou mensais dependendo do açude.	Dezembro de 2017
I.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro de barragens estruturada e classificação das barragens realizada	Fernanda Laus/SRE	Gerald e Porfirio	Existem 420 barragens cadastradas, todas classificadas quanto à CRI e 78 classificadas quanto ao DPA. A minuta de Portaria de regulamentação, enviada em 2015, foi publicada em 2016.	Manter e atualizar o cadastro. Completar a classificação das barragens por DPA.	Março de 2017

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVAL	Nível mínimo	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Respon-sáveis
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social	1.1	<u>Organização institucional do modelo de gestão</u>	4	5	5	NÃO	Não existem conflitos entre a AESA, a CAGEPA e a SUDEMA. A AESA responde no estado pela gestão da infraestrutura hídrica: várias adutoras, além das obras de transposição do SF já encontram-se quase concluídas.	Necessidade de realização de estudo do arcabouço institucional mais adequado à realidade da Paraíba, previsto com recursos do Banco Mundial (US\$ 127 milhões em 4 anos). Estão na fase de elaboração dos TDRs. Prevista a construção de 4 sedes para a AESA (JP, CG, Patos e Sousa).	AESA
	1.2	<u>Organismo(s) Coordenador/Gestor</u>	4	4	4	NÃO	A minuta do edital de concurso público para a AESA ainda encontra-se na Casa Civil do Governo. Aguardar o estudo do Banco Mundial para a reestruturação institucional.	Articular a realização do concurso público.	AESA e Casa Civil
	1.3	Gestão de Processos	2	2	2	NÃO	Foi contratada a empresa para atualização do sistema de gestão de informação com o módulo de gestão de processo.	Todo o fluxo processual será automatizado e digitalizado. Previsto para concluir em 2017.	AESA
	1.4	<u>Arcabouço legal</u>	4	4	4	NÃO	Necessidade de atualização do marco legal, já tendo sido contratado escritório de advocacia para tal. Foram atualizados os decretos de outorga e de obras hídricas que serão apreciados pelo CERH.	Encaminhar estes decretos para análise da Câmara Técnica e posterior apreciação do CERH.	AESA
	1.5	<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos</u>	4	4	4	NÃO	CERH bastante atuante com reuniões ordinárias a cada 90 dias.	Apreciação é feita diretamente com o plenário. Recomendada a discussão em CTs que já existam.	AESA
	1.6	Comitês de bacias e organismos colegiados	2	4	4	NÃO	A Paraíba tem 11 bacias hidrográficas, sendo 6 estaduais. Existem 3 comitês contemplando todas as bacias estaduais: o CBH do Rio Paraíba – CBH-PB, o CBH do Litoral Norte – CBH-LN e o CBH do Litoral Sul – CBH-LS. A Paraíba conta ainda com um comitê de bacia interestadual que é o CBH do Piancó-Piranhas-Açu.	A implantação dos comitês dos rios Curimataú, Jacú, Guaju e Trairi (fronteira entre RN e PB) permanecem pendentes e há um vazio institucional de CBHs.	AESA
	1.8	Comunicação social e difusão	2	2	2	NÃO	Existem ações de comunicação porém não estão integradas e devidamente difundidas.	Há uma assessoria de comunicação da AESA. Há uma gerência responsável pela mobilização e apoio aos CBHs.	AESA
	1.9	<u>Capacitação setorial</u>	2	2	2	NÃO	O estado apresentou um plano de capacitação para 2016 e 2017 contemplando técnicos da AESA, Sudema, agentes municipais, dentre outros. A AESA, por meio das servidoras Lovânia e Maria Itaci, está participando das oficinas do DesenvolveRH e o plano de capacitação deverá ser atualizado em fins deste ano.	Aperfeiçoar o plano de capacitação com base na gestão por competência. Ampliar para membros do CERH e CBHs. Encaminhar para conhecimento / apreciação do CERH e CBHs. Acompanhar a execução contínua do plano.	AESA e ANA

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVAL	Nível mínimo	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Respon-sáveis
	1.10	Articulação com setores usuários e transversais	2	3	2	SIM	Realizadas reuniões periódicas com usuários de água para regularização de uso.	Demanda para que a ANA apoie a articulação de uma oficina entre os setores usuários no momento oportuno (atualmente o estado vive situação de grave escassez hídrica). A ANA informou sobre um projeto de uso racional da água na irrigação promovido pelo CBH Doce. Caso haja interesse, serão repassados os contatos do Ibio-AGBDOCE para melhor conhecimento do projeto e discussão sobre a viabilidade de sua aplicação em alguma região no estado de forma a otimizar recursos arrecadados com a cobrança.	AESA e ANA
META II.3 - Variáveis de Planejamento	2.1	<u>Balanco hídrico</u>	3	3	3	NÃO	O balanço hídrico dos principais açudes na Paraíba é realizado de forma manual. Está em desenvolvimento o novo sistema de informação pela AESA e o mesmo contará com uma funcionalidade onde o balanço hídrico será feito de forma automática.	Aprimorar e automatizar o processo de verificação do balanço hídrico. Este processo também será melhorado a partir da revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos, em andamento.	AESA
	2.2	<u>Divisão hidrográfica</u>	3	3	3	NÃO	Existe a Resolução Estadual nº 02/2003 de 05.11.2003 referente aos rios Piancó e Piranhas. O estado conta com uma base na escala 1:100.000 a partir das cartas da Sudene, atualmente sendo atualizadas. Por meio de imagens SRTM obteve-se uma escala de 1:150.000 para as bacias hidrográficas. No caso de açudes/espelhos d'água trabalha-se atualmente com imagens de satélite RapidEye que possui escala de 1:25.000.	Resolução CERH nº 02 de 2003 estabelece a divisão hidrográfica do estado.	AESA / CERH
	2.3	Planejamento estratégico institucional	3	3	3	NÃO	A AESA participa das oficinas estaduais de planejamento e o mesmo serve como instrumento e orientação para todo o estado. O planejamento e orçamento integram a Lei Orçamentária Anual-LOA.	O estado deve avançar na elaboração de seu planejamento estratégico institucional.	AESA e ANA
	2.4	<u>Plano Estadual de Recursos Hídricos</u>	4	4	4	NÃO	O PERH do estado é de 2006 e foi aprovado em 2011. Por meio da SRHU/MMA o mesmo será atualizado, estando em processo a abertura de licitação para tal. Está previsto a assinatura do convênio até agosto.	Licitação prevista em seguida com contratação até dezembro.	AESA
	2.5	Planos de bacia	2	2	2	NÃO	Algumas bacias já contam com os planos aprovados pelos comitês estaduais, como as bacias dos rios Paraíba e Gramame. O plano da bacia do Piancó-Piranhas-Açu foi finalizado.	Aguardar a revisão do PERH para a atualização de planos de bacia.	AESA
	2.6	Enquadramento	2	2	2	NÃO	O enquadramento das águas superficiais é baseado na Resolução 20 do CONAMA. Na bacia do Piancó-Piranha-Açu está previsto o enquadramento das águas subterrâneas.		AESA

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVAL	Nível mínimo	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Responsáveis
	2.7	Estudos Especiais de Gestão	3	3	3	NÃO	A AESA está como parceira em 7 projetos de pesquisa de interesse da gestão estadual em andamento, como por ex., tratamento de efluentes na bacia do litoral; rede de pesquisa dos eventos hidrometeorológicos extremos do leste do nordeste brasileiro; rede nacional de previsão de tempo em escalas convectivas; monitoramento da dinâmica do uso e cobertura da terra.		AESA
	2.8	Modelos e Sistemas de Suporte à Decisão	3	3	3	NÃO	Está em fase de desenvolvimento, juntamente com a atualização do sistema de informação uma funcionalidade de Suporte a Decisão em linguagem de TI.		AESA
META II.4 - Variáveis de Informação e Suporte	3.1	<u>Base cartográfica</u>	3	3	3	NÃO	O Estado possui uma base de dados satisfatória e a AESA tem um setor de geoprocessamento responsável pela produção e disponibilização de dados geográficos georreferenciados. Além dessa base digital, estão disponíveis vários mapas para download em formato PDF.		AESA
	3.2	<u>Cadastrros de usuários e infraestrutura</u>	3	3	3	NÃO	Constam no sistema de informação interno da AESA, 6.350 usuários de água cadastrados nas diversas bacias. No CNARH 40 foram disponibilizados dados de 3.917 usuários regularizados até dezembro de 2015.	Foi feito o cadastramento da infraestrutura hídrica (adutoras, reservatórios).	AESA
	3.3	<u>Monitoramento hidrometeorológico</u>	3	4	4	NÃO	Atualmente o estado da Paraíba, na rede oficial da AESA e de responsabilidade da GEMOH, conta com 446 estações de monitoramento hidrometeorológico ativas dividida nos seguintes tipos: - Rede convencional de monitoramento hidrometeorológico: 387 entre postos limimétricos e postos pluviométricos; e - Rede automática de monitoramento hidrometeorológico: 59 entre estações hidrológicas, estações agrometeorológicas e estações pluviométricas. O Cemadem possui 22 estações telepluviométricas, além de 39 termoplu e 8 agrometeorológicas, sendo que as termoplu e as agro estão desativadas.	ACT das PCDs será renovado. ACT do monitoramento de seca em operação.	AESA
	3.4	Monitoramento da qualidade de água	3	3	3	NÃO	Em fase de conclusão o ACT do QUALIÁGUA. Já existe um programa de monitoramento de qualidade de água que é realizado pela SUDEMA.	Os pontos de monitoramento e nº de campanhas no ano ainda serão definidos com a ANA.	AESA e SUDEMA.
	3.5	Sistema de informações	3	3	3	NÃO	O atual sistema de informações está desatualizado e já não atende as necessidades da gestão estadual de recursos hídricos. Está em fase de desenvolvimento um novo Sistema de Informação.	Atualizar o sistema de informações para atender os usuários de água e futuras demandas.	AESA

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVAL	Nível mínimo	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Respon-sáveis
	3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	3	3	3	NÃO	A AESA atua como parceira de diversos estudos junto com universidades. (Alexandre vai encaminhar).	Sistematizar os projetos em andamento, correlatos com a gestão dos recursos hídricos.	AESA e Fundação da Universidade
META II.5 - Variáveis Operacionais	4.1	<u>Outorga de direito de uso</u>	4	5	5	NÃO	Em 2015 os processos de outorga tiveram pouca demanda em função da escassez hídrica. Atualmente o tempo de permanência de um processo de outorga está em torno de 90 dias.	Para a outorga de lançamento de efluentes foi sugerido contato com a equipe de Sergipe (Renilda ou Ana Paula: 79 3249.4228).	AESA
	4.2	<u>Fiscalização</u>	4	5	5	NÃO	A AESA conta com a gerência de fiscalização, atuando e orientando em todo o estado. As ações de fiscalização são realizadas com apoio das demais gerências regionais, todas com atribuições de emissão de multas, conforme o Manual de Fiscalização da AESA. Em 2015 a gerência teve muita demanda em função da escassez hídrica, principalmente de irregularidades de perfuração de poços.	Há parceria com Polícia Ambiental não oficial. Há intenção do estado de formalizar esta parceria.	AESA
	4.3	Cobrança	2	2	2	NÃO	O Decreto 33.613, de 16 de dezembro de 2012, foi aprovado pelos comitês e pelo CERH. Em julho de 2015 foi efetivado o sistema de cobrança. Os valores são diferenciados por tipo de uso, mas comuns nas bacias. A arrecadação é por bacias hidrográficas, porém estão em conta única da AESA, não contingenciável.	Até momento não foi feita a aplicação dos recursos da cobrança. Os CBHs tem apresentado algumas propostas. Foi arrecadado cerca de R\$ 500 mil desde julho de 2015. A inadimplência é baixa, com exceção da Cagepa.	AESA e ANA
	4.4	Sustentabilidade financeira do sistema de gestão	3	3	3	NÃO	A AESA conta com fontes de recursos oficiais e de transferência (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) e, a partir de 2015, conta também com recurso da cobrança de água bruta.	Segundo informado, no ano de 2016 foram repassadas apenas 2 parcelas da fonte do Tesouro, nos meses de janeiro e fevereiro, totalizando R\$ 62.200,00. Quanto ao FERH foi fixado o valor de 45.000,00, porém só foi executado R\$ 18.436,62 referente aos meses de fevereiro, março e abril. Os 7,5% da cobrança não estão contabilizados nos valores citados.	AESA e ANA
	4.5	Infraestrutura hídrica	3	3	3	NÃO	Desde 2014 a AESA acompanha os trabalhos da Geotechnique, contratada pela ANA para cadastrar 162 barragens no estado, bem como realiza levantamento próprio no que tange à inspeção de barragens. Em 2015 foi feito o levantamento das principais barragens do estado para atender a Lei 12.334/2010. Foi elaborado também um Termo de Referência – TDR para cadastro de 152 barragens, encaminhado para financiamento através do programa INTERÁGUAS/ANA. Foram elaboradas duas Minutas de Resoluções para adequação dos artigos 8º, 9º, 10 e 19 da PNSB.	Não foi licitado o TDR para cadastro das 152 barragens solicitado pelo Interaguas.	AESA e ANA

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVAL	Nível mínimo	Nível aprovado	Auto Avaliação	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	Respon-sáveis
	4.6	<u>Gestão e controle de eventos críticos</u>	3	3	3	NÃO	O conjunto de redes existentes contempla as PCDs da Sala de Situação e as plataformas vinculadas a ações emergenciais contra seca com determinação de cota e vazões afluentes e defluentes aos reservatórios. Há um planejamento para ampliação desta rede. A estrutura de monitoramento de eventos críticos conta com equipe de 14 técnicos, sendo 1 topógrafo e os demais de nível superior para manutenção dos equipamentos, bem como da rede de alerta vinculada à Sala de Situação.	Em andamento proposta com o Banco Mundial para automatizar todos os açudes do estado.	AESA
	4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	3	5	5	NÃO	O Estado conta com Fundo Estadual regulamentado pelo Decreto 31.215, de 30 de abril de 2010, operando com ações de gestão de recursos hídricos. Esse recurso é oriundo de parte da exploração mineral no estado. No ano de 2015 o Fundo foi acrescido com os recursos da cobrança pelo uso de água bruta.	Há um plano de aplicação e uma Câmara Técnica do CERH para deliberar sobre os recursos do Fundo. O repasse mensal no valor de R\$ 15 mil está paralisado.	AESA
	4.8	Programas e Projetos Indutores	3	3	3	NÃO	Existem alguns programas indutores de racionalização do uso da água no estado como, Água Doce, Água para Todos, Tarifa Verde.	O estado não conta com experiência de PPA.	AESA

LEGENDA:

<u>Arcabouço legal</u>	Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação
Enquadramento	Avaliação facultativa
Fiscalização	Avaliação obrigatória e atendimento facultativo
SIM	Desafio entre a situação atual e a meta aprovada

PARAÍBA	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5
Metas Estaduais	2013	2014	2015	2016
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais	5	6	6	7
META II.2 - Variáveis de Planejamento	3	4	5	6
META II.3 - Variáveis de Informação e Comunicação	3	3	4	4
META II.4 - Variáveis Operacionais	3	4	4	5